

Estados terão crédito adicional para a educação

Com a aprovação do projeto, o governo federal deverá emitir títulos no valor de R\$ 847,4 milhões

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – Apesar de defender o ajuste fiscal como condição fundamental para a manutenção da estabilidade econômica, o governo federal decidiu abrir um crédito especial no Orçamento deste ano e emitir títulos públicos para corrigir a defasagem nos salários dos professores da rede de ensino fundamental.

A proposta do governo foi enviada em meados de março para a Comissão Mista de Orçamento do Congresso na forma de projeto de lei. O objetivo é reduzir desequilíbrios provocados pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

O prazo para a apresentação de emendas venceu ontem e o relator, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), deverá apresentar o parecer na semana seguinte à Páscoa. Se for aprovado, o projeto autoriza o governo a emitir papéis no montante de R\$ 847,4 milhões, recursos que serão emprestados aos Estados com dificuldades em compor o fundo.

As regras do financiamento já estão definidas nos primeiros três anos a partir de 1998, quando o governo federal repassará 80% da transferência que os Estados fariam para os municípios. Os governadores terão um ano de carência e começarão a pagar a partir de 2002.

“O projeto é importante, mas apóia-se em premissas falsas, o que me parece uma medida eleitoreira”, reagiu o líder do PSB na Câmara, Alexandre Cardoso (RJ). “O governo nunca emitiu títulos para solucionar problemas tão ou mais graves quanto esse, como o da saúde e, em pleno ano eleitoral, decide emprestar dinheiro para aumentar o salário dos professores.”

O deputado carioca questiona não apenas a iniciativa do Executivo, como também as suas implicações futuras, já que os governos estaduais continuam renegociando suas dívidas e vêm sendo orientados a não contrair novos compromissos extras.

02 ABR 1998

ESTADO DE SÃO PAULO